

GT27: Como morrem as políticas públicas: etnografia de transições de governo e de (des) montagens políticas

Taniele Rui, Flávia Melo

Transições de governo se caracterizam pela escolha de políticas públicas a serem ou não continuadas. Porém, a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do país tem radicalizado esse processo. Mais do que o enfraquecimento, está em curso o desmonte de políticas públicas consolidadas em governos anteriores. E, embora mais evidentes e abrangentes no âmbito federal, também ocorrem nas outras esferas de governo (municipal e estadual), a depender de dinâmicas locais e articulações com a gestão federal. Mas, se esse processo pode ser atestado e denunciado - como muito se tem feito -, pouco se reflete de modo etnográfico sobre como morre uma política pública. Como se desmonta/monta um programa de governo? Como se erguem políticas sobre as que foram destituídas ou ajustadas às novas prioridades e programas de governo? Quais atores, técnicas, tecnologias e redes envolvidas nesse processo? Quais os campos de resistência e tensão? Como se verificam os desdobramentos do que foi interrompido? Que novas montagens se observam? Que continuidades se notam nesses processos? Como descrevê-los? Este GT convida trabalhos que, a partir de temas e pesquisas específicas, dedicaram atenção etnográfica a essas questões. Interessa-nos abordagens de políticas indigenistas, de saúde, educação, assistência social, segurança pública, gestão prisional, direitos sexuais e reprodutivos, dentre outras comprometidas com a descrição desses processos e inseridas no contexto dos últimos anos.

Etnografia de um índice de pobreza multidimensional

Autoria: Rogério Schmidt Campos

Em 2011, poucos meses após o início do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi lançado com a promessa de erradicar a pobreza extrema no país até o ano de 2014. O Plano foi desenhado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e gerido pela recém criada Secretaria Extraordinária de Combate à Extrema Pobreza (SESEP/MDS). Concomitante à implementação do BSM, em 2011 um grupo de técnicos governamentais incitava o debate para a implementação de um índice de pobreza multidimensional brasileiro. Os índices de pobreza multidimensionais são representações numéricas sobre uma parcela da população, em sua maioria calculadas a partir da média de dimensões relacionadas à pobreza, não necessariamente agregando dimensões de renda ou consumo, mas priorizando acessos à serviços estatais como saúde, educação, bem como abarcando outras dimensões mais subjetivas e relacionadas a padrões de vida. A dificuldade da sua implementação deriva da complexidade em definir o conceito de pobreza agenciado entre seus idealizadores e as dimensões que dizem respeito a essa definição. Este trabalho versa sobre a tecelagem de um índice brasileiro de pobreza multidimensional. Um indicador social inacabado e em constante disputa por tratar de um dos temas de maior apelo político para governos nacionais, qual seja, o delineamento de uma parcela da população em situação de pobreza. Um índice aparentemente simples em conceito e forma, mas possivelmente revelador de uma complexa malha tecida por sujeitos e documentos em suas idealizações conceituais. Uma representação que pretende sintetizar formas de vida, ao passo que aparenta produzir sua escassez. Pretendo refletir sobre esse processo, entendendo o índice como uma tecnologia de governo, por meio da compreensão das técnicas de cálculo, aspectos morais e associações sociotécnicas envolvidas entre esses sujeitos e seus conhecimentos, os documentos que produzem, e linguagem que os diferencia na produção dessa diferença. De que maneira os sujeitos traduzem os aspectos morais compartilhados sobre uma alteridade - pobreza - em fórmulas e medições dentro de uma linguagem especializada que produz uma divisão social entre pobres e não-pobres? Como essa linguagem se

movimenta conforme o contexto político-econômico das gestões que articulam e produzem essas discussões? Quais conhecimentos e percursos técnicos são necessários e disseminados entre esses sujeitos? Quais as moralidades envolvidas nessas técnicas? Quais efeitos esse processo produz? A partir dessas inquietações apresento minha versão sobre o desenho de um indicador em disputa, apesar da sua interrupção.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

